



CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

JACKSON CHARLES

EM 14/06/18

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)

PARECER EM ANEXO



**PARECER Nº 008 DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO sobre PROJETO DE LEI ORDINÁRIA  
Nº 072/2018, que “Reestrutura a coordenadoria  
municipal de proteção de Defesa Civil COMPDEC do  
município de Anápolis e dá outras providências”

Autor: Prefeito Municipal  
Relator: Vereador Jakson Charles

**I- RELATÓRIO**

O projeto foi protocolizado no dia 12 de junho de 2018. A priori iniciando o trâmite, o projeto fora encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Regimento Interno, fato em que determinou o Vereador Jakson Charles como relator para realizar a análise da constitucionalidade e legalidade do projeto apresentado.

**II- VOTO DO RELATOR:**

O presente Projeto trata da reestruturação da coordenadoria municipal de proteção de Defesa Civil COMPDEC do município de Anápolis, para atingir os reais objetivos para os quais se destina.



O Princípio da Supremacia do Interesse Público existe com base no pressuposto de que “toda atuação do Estado seja pautada pelo interesse público, cuja determinação deve ser extraída da Constituição e das leis, manifestações da ‘vontade geral’”. Dessa maneira, os interesses privados encontram-se subordinados à atuação estatal.

Este supraprincípio fundamenta todas as prerrogativas de que dispõe a Administração como instrumentos para executar as finalidades a que é destinada. Neste sentido, decorre do Princípio da Supremacia do Interesse Público que havendo conflito entre o interesse público e o privado, prevalecerá o primeiro, tutelado pelo Estado, respeitando-se, contudo, os direitos e garantias individuais expressos na Constituição, ou dela decorrentes.

Considerando-se que foi respeitado o Princípio da Supremacia do interesse Público e ante o exposto, por terem sido cumpridos os procedimentos legais e regimentais e considerando que foram respeitados todos os preceitos constitucionais, manifestamos **FAVORÁVEL** a aprovação da referida lei.

É o parecer.

Anápolis, 14 de junho de 2018.

Vereador Jakson Charles

Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Elihnner Rosa

José Fernando Paiva  
Vereador

Pr. Wilmar José Silvestre  
Vereador

Luiz Santos Lacerda  
Vereador  
Encaminha-se a Comissão de  
Def. dos Dir. Humanos e Cidadania  
em 14/06/2018  
Presidente

Palácio de Santana, Praça 31 de julho,  
S/N, Centro, Anápolis-GO  
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Thais Souza  
Thais Souza  
Vereadora

Teles Júnior  
Vereador